

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30 de junho de 2026



OXY

COMPANHIA
HIPOTECÁRIA



Oxy Companhia Hipotecária S.A.

Demonstrações Financeiras
30 de junho de 2026

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS	7
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	8
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)	11
NOTAS EXPLICATIVAS	12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados(as) Senhores(as),

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos as demonstrações financeiras intermediárias da Oxy Companhia Hipotecária S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

No primeiro semestre de 2026, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 4.674 mil, representando uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido dos últimos doze meses (ROE) de 21,06%.

O desempenho observado no período reflete, principalmente, a evolução das operações de crédito, cuja carteira atingiu saldo de R\$ 330.622 mil em 30 de junho de 2026 (31 de dezembro de 2025 – R\$ 304.480 mil), contemplando tanto o financiamento imobiliário, incluindo operações voltadas à construção, quanto as operações garantidas por imóveis.

As captações por meio de Letras de Crédito Imobiliário – LCI permaneceram como uma das principais fontes de financiamento das operações, totalizando R\$ 282.889 mil em 30 de junho de 2026 (31 de dezembro de 2025 – R\$ 247.893 mil), evidenciando a capacidade da Companhia de sustentar o crescimento de seus negócios por meio de uma estrutura de captação compatível com sua estratégia de atuação.

A Oxy manteve seu compromisso com a eficiência operacional, a disciplina na gestão de custos e o fortalecimento de seus processos de governança, controles internos e gerenciamento de riscos, buscando assegurar a sustentabilidade de suas operações e a geração de valor para seus acionistas, clientes e parceiros.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia permaneceu enquadrada nos limites regulamentares de capital estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, apresentando índice de Basileia de 21%, demonstrando adequada estrutura de capital para suportar suas operações e estratégias de crescimento.

A Administração agradece a confiança de seus clientes, parceiros, colaboradores e acionistas, reafirmando seu compromisso com a solidez, a transparência e o desenvolvimento sustentável dos negócios.

Porto Alegre, 27 de agosto de 2026.

DIRETORIA

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Oxy Companhia Hipotecária S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Oxy Companhia Hipotecária S.A. (“Companhia” ou “OXY”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Oxy Companhia Hipotecária S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros

Contador CRC 1SP-208.108/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Jun/2026	Dez/2025
Circulante		176.223	159.879
Disponibilidades	4	259	517
Instrumentos financeiros		165.189	149.685
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	99.271	86.837
Títulos e valores mobiliários	6	4.545	4.041
Operações de crédito	7.a	63.426	60.369
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.d	(2.053)	(1.562)
Ativos fiscais correntes	8	2.132	2.062
Outros valores e bens	9	1.741	2.974
Outros créditos	10	6.902	4.641
Não circulante		261.389	237.458
Realizável a longo prazo		259.898	236.591
Instrumentos financeiros		257.825	236.490
Operações de crédito	7.a	265.150	242.626
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.d	(7.325)	(6.136)
Outros valores e bens	9	2.073	101
Intangível		202	223
Imobilizado de uso		1.289	644
Total ativo		437.612	397.337

Passivo	Notas	Jun/2026	Dez/2025
Circulante		205.803	171.816
Instrumentos financeiros		101.472	67.911
Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias	11	101.472	67.911
Obrigações fiscais	12	5.521	4.706
Outras obrigações		98.810	99.199
Sociais e estatutárias	13	913	2.715
Outras obrigações c/ pessoal		870	576
Provisões com instrumentos financeiros	7.d	814	663
Diversas	14	96.213	95.245
Não circulante		179.870	178.256
Instrumentos financeiros		179.809	178.256
Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias	11	179.809	178.256
Provisão para contingência		61	
Patrimônio líquido	15	51.939	47.265
Capital social		37.500	37.500
Reservas de lucros		14.439	9.765
Total passivo e patrimônio líquido		437.612	397.337

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	Jun/2026	Jun/2025
Receita da intermediação financeira		38.857	26.905
Receitas de operações de crédito	7	32.701	21.811
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	5.552	4.655
Receitas de títulos e valores mobiliários	6	604	439
Despesa da intermediação financeira		(23.247)	(12.650)
Despesas de captação	11	(17.876)	(9.100)
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	16	(5.371)	(3.550)
Resultado bruto da intermediação financeira		15.610	14.255
Reversão/(Provisão) p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(1.832)	(849)
Reversão/(Provisão) para outros créditos diversos	-	-	(79)
Resultado da intermediação financeira		13.778	13.327
Outras receitas/(despesas) operacionais		(4.952)	(4.561)
Receitas de prestação de serviços	17	17.853	16.561
Despesas administrativas	18	(15.670)	(13.235)
Despesas com pessoal	19	(4.838)	(5.537)
Despesas tributárias	-	(2.454)	(2.237)
Outras receitas (despesas) operacionais	20	157	(113)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		8.826	8.766
Imposto de renda e contribuição social		(4.152)	(4.418)
Imposto de renda e contribuição social	22	(4.152)	(4.418)
Resultado líquido		4.674	4.348
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações		10.156	7.500
Resultado por ação - R\$		0,46	0,58

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025**

(Em milhares de reais)

	<u>Jun/2026</u>	<u>Jun/2025</u>
Resultado líquido	<u>4.674</u>	<u>4.348</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	<u>4.674</u>	<u>4.348</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2025	20.500	-	1.397	17.284	-	39.181
Ajuste da adoção inicial da Resolução nº 4.966, líquido de impostos	-	-	-	-	1.001	1.001
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	-	4.348	4.348
Destinação do resultado:						
Reservas	-	-	217	4.131	(4.348)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025	20.500	-	1.614	21.415	1.001	44.530
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2026	20.500	17.000	1.928	7.837	-	47.265
Aumento de capital	17.000	(17.000)				-
Lucro (prejuízo) do período					4.674	4.674
Destinação do resultado:						
Reservas			234	4.440	(4.674)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026	37.500	-	2.162	12.277	-	51.939

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Jun/2026	Jun/2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	8.826	8.766
AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO	1.999	1.030
Depreciação e amortização	167	102
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.832	849
Provisão para outros créditos diversos	0	79
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO	10.825	9.796
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	2.142	(6.566)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	(504)	(232)
(Aumento)/redução em operações de crédito	(25.582)	(25.412)
(Aumento)/redução em ativos fiscais correntes	(70)	(14)
(Aumento)/redução Outros valores e bens	(739)	-
(Aumento)/redução em outros créditos	(2.261)	6.550
Aumento/(redução) em recursos de letras imobiliárias e hipotecárias	35.114	12.986
Aumento/(redução) em outras obrigações	(479)	3.248
Aumento/(redução) em obrigações fiscais	7	(260)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.344)	(3.432)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS	12.967	3.230
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Intangível	(8)	(4)
Imobilizado de uso	(783)	(109)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(791)	(113)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(2.293)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	(2.293)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.176	824
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	87.354	68.376
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre/exercício	99.530	69.200
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.176	824

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 e semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Oxy Companhia Hipotecária S.A. (“Oxy”) é uma instituição financeira com sede na Av. Plínio Brasil Milano, 567, sala 1001, Porto Alegre – RS, autorizada a operar com financiamentos para aquisição, construção e reforma de imóveis, bem como com empréstimos com garantia imobiliária (home equity).

A Companhia atua no mercado de crédito imobiliário por meio de operações destinadas a pessoas físicas e jurídicas, mantendo também atividades relacionadas à captação de recursos por intermédio de Letras de Crédito Imobiliário (LCI), observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis às companhias hipotecárias.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1) Base da preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições financeiras, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) homologados pelo Bacen, sendo eles:

- a) Pronunciamento conceitual básico (R1) “Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – financeiro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- b) CPC 01 “Redução ao valor recuperável de ativos”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021”;
- c) CPC 02 “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras”, regulamentada pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- d) CPC 03 “Demonstrações do fluxo de caixa”, homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- e) CPC 04 “Ativo Intangível”, homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- f) CPC 05 “Divulgação de partes relacionadas”, homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- g) CPC 06 (R2) “Arrendamentos”, homologado pela Resolução CMN 4.975/2021;
- h) CPC 10 “Pagamento baseado em ações”, homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- i) CPC 23 “Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- j) CPC 24 “Contabilização e divulgação de eventos subsequentes”, homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- k) CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- l) CPC 27 “Ativo imobilizado, homologado pelo BCB, através da Resolução CMN nº 4.535/2016;
- m) CPC 33 (R1) “Benefícios a Empregados”, homologado pela Resolução CMN nº 4.877/2020;
- n) CPC 41 “Resultado por Ação”, homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- o) CPC 46 “Mensuração ao valor justo”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;

- p) CPC 47 “Receita de Contrato com Cliente”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- q) CPC 48 “Instrumentos Financeiros”, considerando critérios contábeis específicos estabelecidos pela Resolução CMN no 4.966/2021.

2.2) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, por meio de nomenclaturas, grupamentos e contas por ordem de liquidez e exigibilidade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3) Impactos estimados da aplicação da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023

A partir de 1º de janeiro de 2025 iniciou a vigência das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023, e suas alterações posteriores, que estabeleceram os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e os critérios de constituição da provisão para perdas associadas ao risco de crédito a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas resoluções substituíram, principalmente, a Resolução CMN nº 2.682/99, que definia a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das instituições financeiras e também as Circulares BCB 3.068/01 e 3.082/03, aplicáveis aos títulos e aos valores mobiliários.

Os critérios contábeis introduzidos por estas Resoluções foram aplicados de forma prospectiva a partir de sua vigência, e os efeitos dos ajustes decorrentes das mudanças metodológicas foram registrados, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Conta	Resolução nº. 682/99	Provisão Resolução nº. 352/23				Diferença
	Provisão total	Perda incorrida	Adicional perda esperada	Perda esperada	Provisão total	
Operações de crédito	6.226	1.871	3.477	-	5.348	878
Créditos e a liberar			163	-	163	(163)
Total	6.226	1.871	3.640	-	5.511	715
Efeito tributário						286
(=) Efeito no PL						1.001

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de agosto de 2026.

2.4) Alterações normativas com vigência futura – Reforma Tributária sobre o Consumo

Em razão das alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, pela Lei Complementar nº 214/2025 e demais normas complementares aplicáveis, foi instituído um novo modelo de tributação sobre o consumo, que contempla a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”), do Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”) e do Imposto Seletivo (“IS”), com substituição gradual dos tributos atualmente vigentes, observados os prazos de transição previstos na legislação.

A legislação estabelece regras específicas para determinados setores econômicos e operações, bem como regras gerais aplicáveis às demais receitas e atividades, cujos critérios de incidência, apuração e cumprimento de obrigações acessórias continuam em processo de regulamentação pelos órgãos competentes.

Durante o primeiro semestre de 2026, foi iniciado o período de implementação e adaptação operacional das novas obrigações relacionadas à Reforma Tributária, incluindo a observância das exigências acessórias previstas para a fase de transição.

A Administração acompanha a evolução da regulamentação aplicável e os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre suas operações e processos. Considerando que parte relevante da regulamentação ainda está em desenvolvimento e que o novo modelo será implementado de forma gradual, eventuais efeitos decorrentes dessas alterações serão avaliados e reconhecidos à medida que as disposições legais e regulamentares se tornem aplicáveis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

São representadas por caixa em moeda nacional e saldo em conta corrente bancária.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é todo contrato que resulta no reconhecimento de um ativo financeiro para uma das partes e, simultaneamente, em um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para a outra parte, seja ela uma entidade ou pessoa física.

Os instrumentos financeiros da Oxy incluem, essencialmente, as aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de créditos e os recursos de letras imobiliárias.

i) Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como custo amortizado, com o objetivo de manter o recebimento ou pagamento do principal e juros sobre o valor do principal dos ativos e passivos financeiros nos respectivos fluxos de caixa contratuais previstos ou na data de eventual cessão dos créditos.

ii) Reconhecimento inicial e apropriação ao resultado dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Oxy são reconhecidos inicialmente na data de sua aquisição, originação ou emissão pelo preço de transação, apurado conforme regulamentação vigente, e acrescidos pela taxa efetiva de juros diferenciada, ou seja, no caso dos ativos financeiros, acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento; e no caso dos passivos financeiros, deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Os custos de transações atribuíveis e valores recebidos na aquisição ou originação são apropriados no resultado do exercício no prazo remanescente da operação de acordo com a apropriação da receita dos respectivos instrumentos relacionados.

A receita dos ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito (ativos problemáticos) é reconhecida pelo regime de caixa, voltando a ser reconhecida pela competência assim que esse ativo deixa de ser caracterizado como ativo problemático.

iii) Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos são baixados quando os fluxos de caixas expiram, ou quando for transferido e a transferência se qualificar para a baixa; ou quando não seja provável que se recupere o valor em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

d) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A Oxy adota a metodologia simplificada para apuração da provisão para perdas esperadas, conforme requerido para instituições do segmento S4. O modelo simplificado segrega a provisão entre ativos inadimplidos (com atraso superior a 90 dias e ativos problemáticos) e não inadimplidos, correspondendo à perda incorrida e à perda esperada, respectivamente.

A base de cálculo da provisão é o valor contábil bruto dos ativos financeiros, ajustado pelos acréscimos de custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzido dos valores recebidos na originação do instrumento.

Para a determinação dos níveis de provisão das perdas incorridas e das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a carteira ativa da Oxy se enquadra majoritariamente na categoria C1, que abrange créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis.

e) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

A classificação para fins de registro contábil das vendas ou transferências de ativos financeiros, deve obedecer às seguintes categorias, prevalecendo sempre ao item i) devido modelo de negócio praticado pela Companhia:

- i) operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, sendo o resultado positivo ou negativo apurado na negociação apropriado ao resultado do período de forma segregada;
- ii) operações com retenção substancial dos riscos e benefícios; e
- iii) operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios.

f) Outros valores e bens - Ativos não financeiros mantidos para venda

De acordo com o estabelecido na Resolução CMN nº 4.747/19 e alterações, os ativos não financeiros mantidos para venda devem atender as seguintes condições:

- i) ativo próprio que esteja disponível para venda imediata em suas condições atuais e sua alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou
- ii) ativo que tenha sido recebido pela instituição em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso (“bens não de uso”).

Os bens não de uso recebidos são mensurados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução.

g) Intangível

São registrados os sistemas de processamento de dados e sistemas de comunicação adquiridos pela Companhia. As amortizações foram calculadas pelo método linear com base na vida útil ou no prazo contratual.

h) Imobilizado

São representados por equipamentos de informática, móveis e equipamentos e instalações. As depreciações foram calculadas pelo método linear com base na vida útil dos bens sendo aplicado os seguintes percentuais: equipamentos de informática 20% e outras imobilizações 10%.

i) Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente na data de início dos contratos de arrendamento de espaços comerciais para o desenvolvimento de suas atividades operacionais.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado ao custo, compreendendo o valor inicial do passivo de arrendamento e outros pagamentos efetuados relacionados ao contrato, quando aplicável, sendo posteriormente depreciado pelo método linear durante o prazo do contrato ou da vida útil econômica do ativo, dos dois o menor.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros contratualmente previstos, descontados pela taxa incremental de financiamento (captação) da Companhia quando a taxa implícita do contrato não puder ser prontamente determinada, sendo atualizado pelo reconhecimento dos encargos financeiros e reduzido pelos pagamentos efetuados ao longo da vigência contratual.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são registrados em conformidade com a Resolução nº 3.823/09, do Bacen que estabelece:

Ativos contingentes – Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre os quais não cabem mais recursos;

Passivos contingentes – Provisionados quando classificados pelos assessores jurídicos como prováveis o risco de perda e saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; divulgados em nota explicativa quando classificados como perdas possíveis, e aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% ao que exceder a R\$ 240 mil no exercício fiscal. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 15%.

A Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, estabeleceu os efeitos fiscais das perdas incorridas a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia apura mensalmente as perdas incorridas e suas respectivas reversões, reconhecendo os efeitos fiscais de forma dinâmica, com base na variação líquida apurada em cada período. Em razão dessa sistemática, entendemos que não se caracteriza estoque de ativo fiscal diferido oriundo de perdas reconhecidas em períodos anteriores à vigência da referida lei, inexistindo, portanto, montante sujeito aos critérios de realização parcelada previstos na legislação.

l) Outros instrumentos financeiros e outros ativos e passivos

São demonstrados ao valor de custo de aquisição e, quando aplicável, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base pro rata dia, incorridos até a data do balanço.

m) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, independente de recebimento ou pagamento.

n) Uso de estimativas e julgamentos

O uso de estimativas e julgamentos são utilizados e revisados pela administração para determinar os valores de alguns ativos, passivos, despesas e receitas, tais como provisões e depreciação. A realização desses valores pode ser divergente do estimado.

o) Resultados abrangentes

São considerados resultados não recorrentes os resultados que:

- (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. DISPONIBILIDADES

Se referem aos saldos em conta corrente bancária.

	Jun/2026	Dez/2025
Caixa	7	4
Bancos	225	305
Conta de Liquidação	27	208
Total	259	517

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Se referem a operações compromissadas em títulos públicos com vencimento no dia seguinte e remuneradas a taxa média de 99,6% do CDI.

Lastro	Jun/2026		Dez/2025	
	Quantidade	Saldo	Quantidade	Saldo
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	5.143	99.271	4.813	86.837

A receita de aplicações interfinanceira de liquidez atingiu R\$ 5.552 (jun/2025 – R\$ 4.655).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Jun/2026	Dez/2025
Certificados de recebíveis imobiliários (a)	4.544	4.041
Fundo de renda fixa	1	-
Total	4.545	4.041

(a) Se refere a 2.988 quotas do CRI júnior, vencimento em janeiro de 2043, juros remuneratórios de 20% a.a. e atualização monetária pelo IPCA.

A receita de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 604 (jun/2025 – R\$ 439).

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Refere-se a operações de financiamentos e empréstimos com garantia em imóveis que, em sua maioria, lastreiam as captações em Letras de Créditos Imobiliárias (LCI).

a) Resumo da carteira:

	Jun/2026	Dez/2025
Empréstimos	249.559	251.505
Financiamentos	81.063	52.975
Total	330.622	304.480
Custos de Transação e Receitas Incluídos na TJEO (a)	(2.046)	(1.485)
Total	328.576	302.995
Circulante	63.426	60.369
Não circulante	265.150	242.626
Total	328.576	302.995

(a) Taxa de Juros Efetiva da Operação.

b) Composição da carteira por faixa de vencimento:

	Jun/2026	Dez/2025
Vencidos	3.028	1.167
A vencer até 3 meses	14.123	15.231
A vencer entre 3 meses a 12 meses	46.686	44.594
A vencer entre 1 ano a 3 anos	115.672	91.735
A vencer entre 3 anos a 5 anos	53.173	50.642
A vencer a partir de 5 anos	97.940	101.111
Total	330.622	304.480
Custos de Transação e Receitas Incluídos na TJEO - Circulante	(411)	(623)
Custos de Transação e Receitas Incluídos na TJEO – Não circulante	(1.635)	(862)
Total	328.576	302.995

c) Composição da carteira por faixas de atraso de acordo com o modelo simplificado de apuração da provisão para perdas:

Faixas de atraso	% provisão	Jun/2026		Dez/2025	
		Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
De 0 a 14 dias	1,40%	277.420	(3.884)	266.282	(3.728)
De 15 a 30 dias	3,50%	2.549	(89)	7.107	(249)
De 31 a 60 dias	4,50%	14.853	(668)	6.759	(304)
De 61 a 90 dias	5,00%	1.605	(80)	894	(45)
Menor que um mês	10,00%	1.064	(106)	7.742	(774)
Igual ou maior que 01 e menor que 02 meses	14,50%	65	(9)	1.499	(217)
Igual ou maior que 02 e menor que 03 meses	19,00%	3.427	(651)	-	-
Igual ou maior que 03 e menor que 04 meses	23,50%	-	-	618	(145)
Igual ou maior que 04 e menor que 05 meses	28,00%	84	(23)	127	(36)
Igual ou maior que 05 e menor que 06 meses	32,50%	43	(14)	120	(39)
Igual ou maior que 06 e menor que 07 meses	37,00%	-	-	454	(168)
Igual ou maior que 07 e menor que 08 meses	41,50%	88	(36)	240	(99)
Igual ou maior que 08 e menor que 09 meses	46,00%	-	-	-	-
Igual ou maior que 09 e menor que 10 meses	50,50%	554	(280)	-	-
Igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	55,00%	227	(125)	529	(291)
Igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	59,50%	-	-	-	-
Igual ou maior que 12 e menor que 13 meses	64,00%	456	(292)	-	-
Igual ou maior que 13 e menor que 14 meses	68,50%	-	-	145	(100)
Igual ou maior que 14 e menor que 15 meses	73,00%	-	-	-	-
Igual ou maior que 15 e menor que 16 meses	77,50%	-	-	-	-
Igual ou maior que 16 e menor que 17 meses	82,00%	530	(434)	632	(518)
Igual ou maior que 17 e menor que 18 meses	86,50%	-	-	-	-
Igual ou maior que 18 e menor que 19 meses	91,00%	-	-	-	-
Igual ou maior que 19 e menor que 20 meses	95,50%	145	(139)	-	-
Igual ou maior que 20 e menor que 21 meses	100,00%	-	-	-	-
Igual ou maior que 21 meses	104,50%	-	-	-	-
Ativo problemático adimplente	10,00%	25.466	(2.548)	9.847	(985)
Subtotal		328.576	(9.378)	302.995	(7.698)
Créditos a liberar		51.623	(814)	41.371	(663)
Total		380.199	(10.192)	344.366	(8.361)

Os créditos a liberar referem-se a parcelas (tranches) de operações de crédito de financiamento a construção ainda não desembolsadas, cuja liberação depende da evolução física da obra e o cumprimento das condições contratuais estabelecidas.

d) Composição da provisão para perdas esperadas:

	Jun/2026	Dez/2025
Exposição das operações de crédito e créditos a liberar (a)	382.245	345.851
Provisão para perdas incorrida	(1.809)	(1.483)
Provisão adicional de perda	(7.569)	(6.215)
Subtotal	(9.378)	(7.698)
Provisão sobre créditos a liberar (b)	(814)	(663)
Total	(10.192)	(8.361)
Ativo circulante	(2.053)	(1.562)
Ativo não circulante	(7.325)	(6.136)
Passivo circulante	(814)	(663)
Total	(10.192)	(8.361)

- (a) Se refere a base para cálculo da provisão para perda e considera o saldo das operações de crédito do ativo circulante e não circulante, bem como o saldo dos créditos a liberar registrado em conta de compensação.
- (b) Classificado no passivo circulante.

e) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	<u>Jun/2026</u>	<u>Dez/2025</u>
SALDO INICIAL	(8.361)	(6.226)
Impacto da adoção inicial da Resolução nº. 4.966	-	715
Saldo inicial ajustado	(8.361)	(5.511)
Adições	(4.983)	(6.781)
Baixas	3.152	3.931
SALDO FINAL	(10.192)	(8.361)

No primeiro semestre de 2026, a Oxy concedeu R\$ 831 mil em financiamentos e créditos a pessoas físicas e jurídicas (jun/2025 – R\$ 1.080 mil).

A Oxy realizou operações de cessão de crédito que totalizaram R\$ 774 mil (jun/2025 – R\$ 1.035 mil), todas sem coobrigação, ou seja, com transferência substancial dos riscos e benefícios para instituições financeiras, companhias securitizadoras, fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento imobiliário.

No segundo semestre de 2025, a Companhia adquiriu direitos creditórios no montante de R\$ 18.000 mil oriundos de operações de crédito imobiliário representadas por Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI), garantidas por alienação fiduciária de imóveis, por meio de contrato de cessão celebrado com fundo de investimento em direitos creditórios. A transferência dos direitos creditórios ocorreu em caráter definitivo, mediante pagamento do preço de cessão correspondente ao saldo devedor das operações na data da aquisição, passando a Companhia a deter a titularidade dos créditos, bem como todos os direitos, garantias e prerrogativas a eles associados.

No exercício de 2025, foi recuperado, mediante excussão da garantia, crédito lançado anteriormente a prejuízo no montante de R\$ 349 registrados em receitas de recuperação de ativos operações de crédito e bens não de uso. Não houve baixa de créditos para prejuízo no período.

Foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 3.850 (jun/2025 – R\$ 8.755). As reestruturações de dívidas com clientes no período somaram R\$ 17.434 (jun/2025 – não houve).

A receita de operações de crédito atingiu R\$ 32.701 (jun/2025 – R\$ 21.811).

8. ATIVOS FISCAIS CORRENTES

	<u>Jun/2026</u>	<u>Dez/2025</u>
IR e CS a compensar	2.037	2.037
Impostos retidos a compensar	59	25
Outros impostos e contribuições a compensar	36	-
Total	2.132	2.062

9. OUTROS VALORES E BENS

Se referem a imóveis retomados, mediante a excussão da garantia de operações de créditos inadimplentes. Após a consolidação da propriedade, tais bens deixam de ser caracterizados como ativos financeiros e passam a ser registrados como bens não operacionais, mantidos temporariamente até sua alienação, conforme a estratégia de recuperação de crédito da Companhia.

	<u>Jun/2026</u>	<u>Dez/2025</u>
Imóveis habitacionais	2.728	1.989
Outros imóveis	1.141	1.141
Provisão para desvalorização	(55)	(55)
Total	3.814	3.075
Circulante	1.741	2.974
Não circulante	2.073	101
Total	3.814	3.075

10. OUTROS CRÉDITOS

	<u>Jun/2026</u>	<u>Dez/2025</u>
Devedores por cessões de crédito (*)	3.014	3.014
Devedores por serviços prestados	-	30
Outros créditos	3.888	1.597
Total	6.902	4.641

(*) Se refere a valores a receber das operações de cessão de crédito.

11. RECURSOS DE LETRAS IMOBILIÁRIAS E HIPOTECÁRIAS

Se refere a letras de crédito imobiliárias lastreadas por operações de crédito, com remuneração média de: 88,6% CDI e 6,6% ao ano, acrescida do IPCA.

	<u>Jun/2026</u>	<u>Dez/2025</u>
A vencer até 03 meses	25.682	8.731
A vencer entre 03 meses e 12 meses	76.526	59.970
A vencer entre 01 ano e 02 anos	74.199	80.504
A vencer entre 02 anos e 03 anos	55.613	69.517
A vencer acima 03 anos	50.869	29.171
Total	282.889	247.893
Custos de transação na emissão das letras de crédito imobiliários	(1.608)	(1.726)
Total	281.281	246.167
Circulante	101.472	67.911
Não circulante	179.809	178.256
Total	281.281	246.167

As despesas de captação totalizaram R\$ 17.876 (jun/2025 – R\$ 9.100).

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Jun/2026	Dez/2025
IR e CS a recolher	808	-
PIS e COFINS a recolher	275	265
IOF a recolher (*)	3.928	3.434
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	101	54
Impostos e contribuições sobre salários	265	805
Outros impostos	144	148
Total	5.521	4.706

(*) Se refere ao saldo de IOF a recolher sobre as operações de crédito.

13. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

	Jun/2026	Dez/2025
Dividendos e juros sobre capital próprio (*)	-	-
Participações no resultado	913	2.715
Total	913	2.715

(*) Foi aprovada na reunião do conselho de administração de 23 de dezembro de 2025 a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 3.071, líquido de imposto de renda na fonte, pago na mesma data.

14. DIVERSAS

	Jun/2026	Dez/2025
Recursos a liberar de operações de crédito e adiantamento de registro (*)	87.883	79.787
Fornecedores	5.996	13.721
Passivo de arrendamento (**)	414	-
Outros	1.920	1.737
Total	96.213	95.245

(*) Refere se aos recursos das operações de crédito que serão liberados quando do registro da garantia.

(**) Se refere ao passivo de arrendamento de unidade desmembrada da Companhia em São Paulo.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é de R\$ 37.500, representado por 6.093.750 ações ordinárias nominativas e 4.062.500 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas.

Em 23 de dezembro de 2025, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou o aumento de capital mediante a incorporação das reservas de lucros no montante de R\$ 17.000, passando o capital social de R\$ 20.500 para R\$ 37.500, emitindo 2.656.250 ações, sendo 1.593.750 ações ordinárias e 1.062.500 ações preferenciais.

b) Reservas

A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, podendo deixar de ser constituída quando acrescida das reservas de capital exceder a 30% do capital social.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Na reunião do conselho de administração de 23 de dezembro de 2025 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2025 no montante de R\$ 3.071, líquido de imposto de renda na fonte, pago na mesma data.

16. DESPESAS DE OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES VINCULADAS À CESSÃO

Se refere a despesas decorrentes de operações de Compromisso de compra de operações de crédito firmado com partes relacionadas (vide Nota Explicativa nº 24).

17. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Se refere a receita de tarifas, serviços de cobrança extrajudicial de agente fiduciário e receita de intermediação de operações de crédito.

	<u>Jun/2026</u>	<u>Jun/2025</u>
Tarifas	16.082	14.651
Outros serviços (*)	1.771	1.910
Total	17.853	16.561

(*) Se refere a receitas de prestação de serviços de agente fiduciário, registro e custódia, além de outras receitas de menor monta.

18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>Jun/2026</u>	<u>Jun/2025</u>
Despesas com estrutura	255	223
Despesas com comunicação	375	255
Despesas com TI	1.045	616
Despesas com comissões	12.353	11.067
Assessoria técnica	729	443
Outras despesas (*)	913	631
Total	15.670	13.235

(*) Se refere a despesas de viagem, tarifas bancárias, despesas de depreciação e amortização, além de outras despesas administrativas de menor monta.

19. DESPESAS COM PESSOAL

Contemplam as despesas com salários, benefícios e encargos necessárias à manutenção da atividade da Companhia.

20. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Refere-se, basicamente, a atualização monetária calculada sobre as liberações das operações de crédito.

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 30 de junho de 2026, a Oxy faz parte de 59 (cinquenta e nove) processos cíveis no valor de R\$ 10.445, que segundo a avaliação de nossos advogados, são classificados como chances de perda possível.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Jun/2026	Jun/2025
Resultado antes do IR e CS	8.826	8.766
Adições e exclusões permanentes	(16)	-
Adições e exclusões temporárias	1.758	1.670
Base lucro real	10.568	10.436
IR e CS (40%)	(4.214)	(4.163)
IR e CS sobre ajuste Resoluções 4.966 e 352		(286)
PAT	62	31
Total imposto de renda e contribuição social	(4.152)	(4.418)

23. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

	Jun/2026	Jun/2025
Remuneração	1.561	1.550
Encargos	438	427
Total	1.999	1.977

24. PARTES RELACIONADAS

	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
	Jun/2026	Dez/2025	Jun/2026	Jun/2025
Outros créditos (a)	1.816	1.816		-
Diversas (b)	(4.296)	(12.427)		-
Ressarcimento de despesas (c)	202	36		-
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão (d)	-	-	(5.041)	(3.550)
Receita de prestação de serviços	-	-	488	356
Despesas com comissões (b)	-	-	(11.228)	(10.505)

(a) Se refere ao saldo das cessões de créditos a receber da Cashme Soluções Financeiras S.A. e Credits Soluções Financeiras Ltda.

(b) Se refere ao saldo e as despesas com comissões relativas as atividades de correspondente bancário da Credits Soluções Financeiras Ltda. E Companhia Promotora UCI. e saldo a pagar de compromisso de compra de operações de crédito com a Credits Soluções Financeiras Ltda.

(c) Se refere ao saldo de ressarcimento de despesas da Companhia Promotora UCI, Cashme Soluções Financeiras S.A. e Credits Soluções Financeiras Ltda.

(d) Se refere a despesas relativas a operações de compromisso de compra de operações de crédito com a Credits Soluções Financeiras Ltda.

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de riscos da OXY está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e a gestão de riscos é centralizada no Conglomerado Prudencial da OXY Companhia Hipotecária S.A., instituição líder, e inclui a Oxy Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A estrutura de Gestão Integrada de Riscos visa identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar as exposições a riscos dessas instituições e estabelece a realização de avaliações periódicas sobre os processos e controles internos, garantindo que as respostas aos riscos sejam proporcionais e adequadas à sua efetiva mitigação.

Os principais riscos inerentes ao negócio da companhia são:

- Risco de crédito: a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros. No monitoramento, a Oxy se utiliza de técnicas e controles de acompanhamento das perdas, índice de inadimplência, performance da cobrança, e teste de estresse de inadimplência, entre outros instrumentos para o monitoramento do risco de crédito e tomada de decisões para mitigar o risco de perda.
- Risco de mercado da carteira de negociação: a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição através de variação das taxas de juros e dos preços de ações, variação cambial e dos preços de mercadorias;
- Risco de variação da carteira de não negociação: risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira dos instrumentos que a Companhia vai manter até a liquidação;
- Risco operacional: a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas;
- Risco de liquidez: a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Para fins de gestão e monitoramento, a Oxy utiliza o fluxo de caixa realizado, projetado, análise do orçado *versus* realizado e teste de estresse para monitoramento da liquidez, análise das estratégias de liquidez e cenários adversos.

Tendo como operação principal a concessão de crédito imobiliário de longo prazo, o monitoramento do descasamento de prazos se faz necessário para o controle da liquidez. Captações de letras de crédito imobiliários (LCI) mediante distribuidoras credenciadas e de renome, cessão das operações de crédito e constituição de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) são utilizados para suprir eventual necessidade de caixa.

- Risco social, ambiental e climático
 - Riscos social: a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum;
 - Risco ambiental: a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais; e

- **Risco Climático**
 - i. Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e
 - ii. Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Gerenciamento de Capital: A estrutura para gerenciamento de capital da Instituição está definida com base na Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional e prevê procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência, índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital considerando as projeções e métricas orçamentárias dos próximos 03 (três) anos e testes de estresse, com 03 (três) cenários para premissas adversas.

A Companhia tem cumprido com os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

Limite operacional (Basileia): As Resoluções CMN nºs 4.955/21 e 4.958/21 estabeleceram os critérios e procedimentos para apuração dos requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência ("PR"), do Nível I, do Capital Principal e do Adicional de Capital Principal, os quais apresentamos considerando o conglomerado prudencial da OXY Companhia Hipotecária S.A., empresa líder, e OXY Distribuidora de Valores Mobiliários S.A.

	Jun/2026	Jun/2025
Patrimônio de referência (níveis I e II)	51.737	44.416
RWACPAD (parcela de risco de crédito)	188.835	99.297
RWAOPAD (parcela de risco operacional)	57.698	51.098
Índice de Basileia	21,0%	29,5%

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2026.

No que se refere à Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e pela Lei Complementar nº 214/2025, a Administração avaliou os desdobramentos normativos ocorridos até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, incluindo aspectos relacionados ao regime específico aplicável às instituições financeiras. Até essa data, não foram identificados fatos ou regulamentações adicionais que alterassem as conclusões previamente divulgadas nas notas explicativas, tampouco impactos que demandassem ajustes ou divulgações adicionais.

* * *